

# **SÍNDROME DE DOWN: FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PARA A INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR, SEGUNDO ACADÊMICOS DO SÉTIMO SEMESTRE DO CURSO DE PEDAGOGIA DA FACULDADE DE ALTA FLORESTA-MT EM 2013**

WERNKE, Jaqueline Aragão<sup>1</sup>

JESUS, Marcelino<sup>2</sup>

DARIENSO, Sibila Jessye<sup>3</sup>

## **RESUMO**

A presença de alunos com deficiência em salas de aulas de ensino regular é, hoje, uma realidade cada vez mais constante. Uma série de campanhas vem ocorrendo na mídia para divulgação do direito à inclusão de pessoas com deficiências. Algumas dessas campanhas foram patrocinadas pela Associação de Síndrome de Down, entretanto, as pesquisas indicam que o principal argumento que dificulta o processo de inclusão escolar refere-se à não preparação dos professores, expondo, assim, um medo inicial ao saber que receberão um aluno com deficiência. A formação do professor deve ser um processo contínuo, que transcende seu aprendizado com os alunos, levando em consideração a valorização do saber de todos os profissionais da educação na inclusão. Assim, o presente estudo objetiva verificar as maiores dificuldades encontradas pelos professores na formação profissional referente à educação inclusiva, principalmente a das crianças com Síndrome de Down. A pesquisa utiliza o método de abordagem hipotético-dedutivo através de questionários com questões abertas e fechadas. Verifica-se, ao final da pesquisa, que existe uma deficiência na formação pedagógica dos acadêmicos nos cursos de formação de professores. Contata-se, também, que os professores recorrem à formação continuada, que, na maioria das vezes, não supre essa deficiência, ou seja, não estão preparados para receberem esses alunos e realizarem as intervenções necessárias. Concluindo-se que os conhecimentos adquiridos durante a formação do professor não são satisfatórios para uma boa atuação diante de um aluno com deficiência no ensino regular, havendo necessidade de buscar outras formas de instrumentalização.

Palavras-chaves: Políticas Inclusivas. Deficiência intelectual. Instrumentalização

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade de Alta Floresta (FAF)

<sup>2</sup> Docente do Curso de Pedagogia. Especialista em Didática do Ensino Superior na FAF.

<sup>3</sup> Professor Especialista em Gestão da Educação Profissional e Tecnológica.

## **1 INTRODUÇÃO**

A aprovação de políticas inclusivas centra-se nos eixos da organização sócio-política necessária para respeitar os direitos fundamentais, direitos individuais e os direitos coletivos garantidos na Constituição Federal de 1988 e nos Tratados Internacionais de Direitos Humanos. Importantes avanços que surgiram com a democratização da sociedade, alavancadas pelos movimentos de direitos humanos e que apontam a emergência de uma qualificação do profissional da educação para atender a política inclusiva.

Nesse aspecto, a inclusão social deixa de ser uma preocupação dos governantes para ser uma questão fundamental da sociedade em geral. Nesse sentido, a escola precisa acompanhar a evolução de políticas inclusivas e se preparar para atender da melhor forma possível a sociedade e suas necessidades mais imediatas.

Para atender essa demanda, a escola necessita investir em formação teórica, em políticas educacionais, espaços adequados, materiais pedagógicos e outros investimentos. Enfim, a prática desenvolvida pela escola deve ser inclusiva.

A pesquisa pretende investigar ainda, as dificuldades dos profissionais da educação em relação à inclusão e em especial a de crianças com Síndrome de Down no processo de ensino aprendizagem. Diante das mudanças nas políticas inclusivas o que levam os profissionais das escolas a sentirem-se tão inseguros diante da inclusão dos alunos com Síndrome de Down. É necessário o estabelecimento de formação adequada nos curso de preparação de professores para suprir essa demanda.

## **2 EMBASAMENTO TEÓRICO**

O movimento de inclusão tem por finalidade a construção de uma sociedade, com a utilização de alguns princípios, especialmente princípio da consulta que diz respeito à gestão democrática que garante às pessoas com deficiência a participação ativa nas decisões relativas a programas e políticas inclusive as que lhes dizem respeito diretamente, que são celebração das diferenças, direito de pertencer à sociedade, valorização da diversidade humana, solidariedade humanitária, igual importância das minorias e cidadania com qualidade de vida.

Nessa perspectiva, Manzini (2007, p.77) entende que a presença de alunos com deficiência em salas de ensino regular é, na atualidade, constante. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, dá ao aluno deficiente o direito ao

atendimento preferencial nas salas de aulas do ensino regular. Devemos ver esse direito não só como um respaldo legal garantido por lei, mas como um empreendimento que cabe a familiares, professores e aluno. Dessa forma, a preparação do professor deve ser fortalecida nos cursos de formação e nas formações continuadas das instituições de ensino.

Nas instituições de nível superior já é possível notar a inserção de disciplinas que capacitem o futuro professor ao atendimento de crianças, sendo evidência em faculdades de ensino particular, alterando o perfil dos cursos para a inclusão. É necessário pensar que tipo de qualificação é oferecido a esse profissional nas instituições de ensino.

Observações indicam que o principal argumento que impede o processo de inclusão escolar se refere a não preparação dos professores que ao se depararem com um aluno deficiente tendem a organizar seus conhecimentos e, na ausência de alguns que possam contribuir nessa inclusão, buscam o apoio interno da escola ou até serviços fora dela e cursos adicionais.

Diante disso, Manzini (2007, p. 79) expõe que “parece claro, retornando ao ponto sobre a preparação do professor, que a preparação para o ensino comum não termina com o curso de graduação. Ou seja, a preparação é um processo dinâmico e *contínuo*”. A preparação com cursos de pós-graduação torna-se indispensável, porém alguns fatores relevantes nesse processo dificultam tal investimento, como a baixa remuneração e o fato de não idealizar esse investimento como importante no seu desenvolvimento profissional.

A falta de interesse nessa formação prove também de fatores culturais, deixando, dessa forma, a responsabilidade da instrução do aluno para sala especializada como a sala de recurso, onde os profissionais dispõem de especialização para assumir o cargo, porém a política de inclusão deixa claro quanto ao direito do aluno à educação qualificada, que independe de ser dentro ou fora da sala de aula.

Item destacado em Brasil (2010, p.13):

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para as formações de professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Diversos investimentos em qualificação profissional estão sendo efetuados pelas esferas municipais, estaduais e federais, disponibilizando publicações impressas e acessíveis, online, todas de assuntos que abordam as deficiências, ou seja, medidas estão sendo feitas para atender os professores.

Na perspectiva de Manzini (2007, p.80-81) há diversas formações que podem advir de cursos em congressos, houve uma grande demanda por cursos específicos na área da inclusão escolar; nas especializações, há um processo numeroso de cursos à distância; há, também, formações com um pequeno grupo de professores ou um único professor que tenha alunos com deficiência em sala de aula. Pode haver troca de experiência entre profissionais que já tem incluídos esses alunos em sala de aula, promovendo práticas que deram certo, levando o professor a refletir sobre procedimentos não executados. Podemos perceber várias maneiras de se qualificar para um atendimento adequado aos alunos com deficiência, inclusive a síndrome de Down.

A educação continuada é uma necessidade e a preparação não pode ser entendida como algo absoluto a ser alcançado, mas um processo de formação, contínua e dinâmica. Em se tratando da síndrome de Down, fica explícito no que diz Santana(2009, p.83):

A educação inclusiva, especificamente de pessoas com síndrome de Down, deve ser enfatizada em virtude de haver grande vácuo em relação a informações reais sobre essa síndrome perante os educadores do ensino regular. É necessário que aumente cada vez mais educadores preocupados com essa questão, que toda a sociedade e os educadores se conscientizem da importância da inclusão e que todos os seres humanos saibam respeitar e conviver com as diferenças.

É preciso romper barreiras que impedem a educação inclusiva dos alunos com deficiência, entre elas a síndrome de Down, pois apesar de ser bastante divulgada no Brasil, essa síndrome ainda é desconhecida por muitos. À pessoa com deficiência mental é comum o uso de termos como retardado, mongoloide, doente mental, excepcional, entre outros que podem vir carregados de preconceitos dificultando as relações.

Na visão de Santana (2009, p. 84), para que a inclusão do aluno com síndrome de Down aconteça, é necessária a utilização correta dos termos e que as pessoas ligadas ao seu processo de aprendizagem escolar estejam atentas as suas limitações e capacidades. A maneira como agem as pessoas que se deparam com um aluno deficiente em sua sala de aula está baseada na falta de informação. Diante disto, algumas informações sobre a síndrome de Down necessitam ser aqui relatadas para maior compreensão do leitor.

A síndrome de Down é a anomalia genética mais frequente em todo o mundo, estando presente em todas as nacionalidades, raças, classes sociais ou sexos. A intensidade da deficiência mental é particular a cada indivíduo e o atraso no desenvolvimento neurológico, psicológico e físico da pessoa sofre influências de suas características genéticas, mas determinadas pelas oportunidades oferecidas no decorrer da vida.

Essa síndrome é confirmada com a realização de um exame denominado cariótipo, estipulando que tipo de síndrome de Down tem o indivíduo, sendo ela trissomia 21,

mosaico e translocação a de maior incidência a trissomia que afeta 95% das pessoas com síndrome de Down.

Em relação à deficiência mental, relatam Déa e Baldin (2009, p.33) que “os cientistas ainda não descobriram como, exatamente, o cromossomo a mais causa deficiência mental, mas é certo que o indivíduo com síndrome de Down apresenta o cérebro menor e menos complexo [...]”. Assim, a criança com síndrome de Down é capaz de aprender diversas coisas como ler, escrever, dançar, tocar instrumentos, nadar, entre outras.

A inclusão tem por objetivo a construção de uma sociedade igualitária, inserindo, em seu meio, pessoas com deficiência capacitando-as a superarem barreiras. As vantagens de se inserir uma criança com deficiência no ensino regular são inúmeras, principalmente as crianças com síndrome de Down, devido a sua habilidade de imitar os demais, contribuindo assim com boas atitudes e comportamentos.

De acordo com Santana (2009, p.86), muitas escolas ainda não estão preparadas para incluir adequadamente alunos com deficiência, lembrando que as salas de aula são numerosas, dificultando o atendimento especializado. Por isso o preparo deve partir de toda a instituição, comunidade e das autoridades educacionais.

As reações dos professores diretamente ligados ao aluno com deficiência intelectual devem ser observadas, uma das reações mais comum diante desse aluno é a superproteção subestimando sua inteligência, deixando de propor atividades que não provoquem dificuldades, com medo de que ele perca a motivação e não consiga realizar. Quando o professor realiza a atividade pelo aluno, não contribui assim para sua autonomia intelectual e social.

Todos têm a ganhar com a política de inclusão, segundo Santana (2009, p.88):

Com a educação inclusiva, todos os estudantes terão vantagens. A pessoa com deficiência demonstra crescente responsabilidade e melhor aprendizagem pelo ensino entre os alunos, recebendo apoio acadêmico da área de educação especial. Já o estudante sem deficiência desenvolve conforto, a confiança e a compreensão da diversidade individual, estando mais preparado para a vida adulta em uma sociedade justa e que respeita o outro, além de se beneficiar da aprendizagem sob condições instrucionais diversificadas.

De acordo com Paulon (2007, p.21), diante dos materiais disponibilizados, cabe ao professor adequar a sua realidade, explorando a experiência educacional da sua profissão. Deve-se levar em consideração o caráter processual da formação desse professor.

São necessários procedimentos verdadeiros de reflexão que levem a praticas que funcionem e que não sejam meramente engavetadas. Ainda segundo Paulon (2007, p. 22), é indispensável um método contínuo de interlocução entre professores e encontros

sistematizados com a equipe interdisciplinar de apoio, na expectativa de manter um canal disposto a aberturas para estes profissionais.

A relação da família com pessoa deficiente e a instituição escolar, é outro fator que merece atenção, já que a inclusão quase sempre é dificultada, algumas vezes por desconhecimento dos pais que não reconhecem a capacidade da criança. Os sentimentos de frustração carregados pela família transpõem a realidade vivida e a negação do problema dificulta a socialização e aprendizagem, a escola desempenha papel fundamental de instrução, rompendo barreiras e ressaltando as qualificações e benefícios que esses alunos virão a ter.

É preciso que seja criado entre a família e o educador um laço de cumplicidade de forma que ambos possam trocar experiências, tendo em vista que o aluno é o reflexo de sua vivência em casa. Diante disso, destacamos que diversas reações de alunos com tantas singularidades podem ser explicadas pelos familiares, levando o professor a encontrar soluções apresentadas no decorrer do processo de ensino aprendizagem.

Na perspectiva de Stainback (2000 apud Santana 2007, p. 87), uma criança com síndrome de Down pode aprender como qualquer outra sem a síndrome, respeitando seu desenvolvimento que acontece de forma mais lenta, sendo extremamente importante a participação da família nessa inclusão, incluindo a dedicação dos pais e educadores.

Cabe ao professor escolher o melhor método de ensino que seja eficaz para seu aluno, levando em consideração os demais, que não seja dada atenção exagerada, de modo que os outros alunos sintam tamanha diferença e nem o descaso, agindo como se o aluno em questão não passasse de um mero espectador.

A formação dos professores tem evidência no aperfeiçoamento do processo de inclusão. Diante disso, segundo Paulon (2007, p.28):

Existe um consenso de que é imprescindível uma participação mais qualificada dos educadores para o avanço desta importante reforma educacional. O “despreparo dos professores” figura entre os obstáculos mais citados para a educação inclusiva, o qual tem como efeito o estranhamento do educador com aquele sujeito que não está de acordo com “os padrões de ensino e aprendizagem” da escola.

No contexto da formação acadêmica, o futuro professor tem na sua grade curricular uma leve instrução sobre educação inclusiva e conhecimentos sobre a necessidade educacional especiais dos alunos. Segundo Paulon (2007, p. 28), no processo de inclusão, uma grande dificuldade encontrada é o grande número de alunos em cada sala e a falta de recursos pedagógicos, ressaltando que uma sala com um número menor de alunos tornaria o trabalho mais qualificado e de forma específica.

De acordo com Santana (2007, p. 86), diversas transformações precisam ocorrer para que a inclusão seja exercitada por todos. Nesse processo, cabe aos educadores obter atividades de conscientização da comunidade sobre a importância da aceitação das pessoas com deficiência no seu cotidiano, sendo necessário que os educadores pratiquem a inclusão como exemplo a seus alunos.

Assim, a escola deve estar aberta a buscar novos caminhos que facilitem a inclusão, abrangendo o estímulo e a capacitação qualificada necessária a uma educação inclusiva de alunos com síndrome de Down. Lembrando que o afeto é ferramenta imprescindível para a construção da aprendizagem, e que a pessoa com deficiência é um ser humano que, apesar das limitações que seu diagnóstico impõe, é um ser de desejos, anseios e que merece, acima de tudo, o respeito das pessoas que convivem com ele.

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

#### 3.1 Área de estudo

Esse estudo foi realizado na Faculdade de Alta Floresta FAF é uma instituição de ensino superior, iniciando sua atividade em 1996, contando com os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Letras, Pedagogia e Direito. Como ideais propostos, visa o aprimoramento contínuo de seus alunos, professores e funcionários, proporcionando-lhes os meios para que realizem, em sua plenitude, as legítimas aspirações da pessoa humana. Está situada no município de Alta Floresta que possui uma área de 8 947,07 km<sup>2</sup> e está localizado no extremo norte do estado de Mato Grosso, a 830 km da capital do estado, Cuiabá.

O corpo discente, objeto de estudo desta pesquisa são acadêmicos de ambos os sexos cursando o sétimo semestre do curso de Pedagogia

#### 3.2 Metodologia

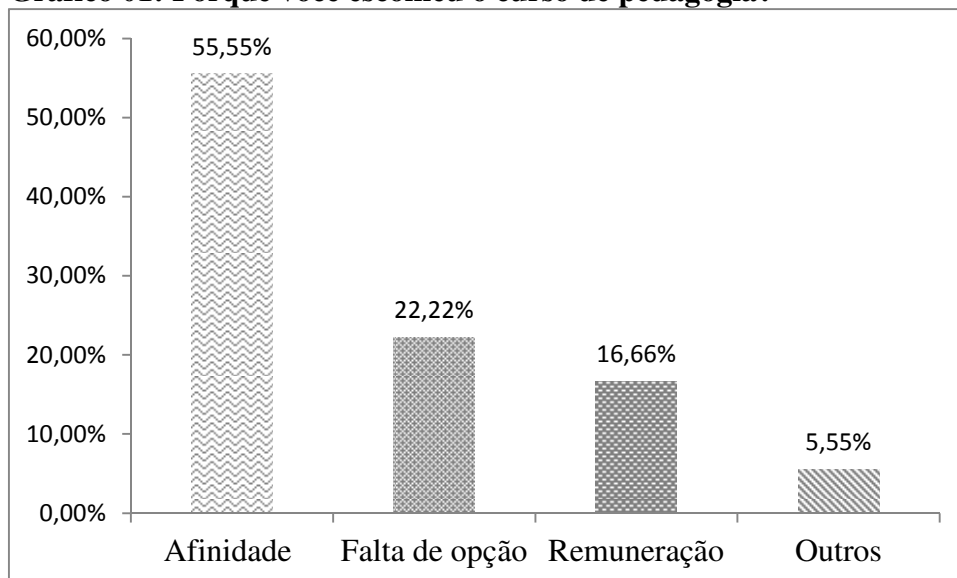
Para o levantamento de informações, utilizou-se o método hipotético-dedutivo, no qual foram levantadas hipóteses que posteriormente foram analisadas e interpretadas. Com o objetivo de conhecer a opinião dos alunos sobre o referido tema, foram confeccionados questionários contendo treze perguntas abertas e oito fechadas. Dos dezoito questionários entregues, todos foram devolvidos devidamente respondidos. Apresenta-se a seguir as perguntas, suas respostas tabuladas e uma representação gráfica, para dar uma visão mais ampla dos resultados obtidos.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Santos (2007, p. 159), enquanto uns defendem que a escola é o espaço de conhecimento, socialização, domínio de habilidades para a vida futura, outros defendem que a escola é um espaço de favorecimento para o desenvolvimento social, das habilidades, para a ruptura de estereótipos e fortalecimento da socialização. Entendemos que a dificuldade de inclusão escolar de alunos com deficiências parte do despreparo dos profissionais envolvidos.

A preparação para o trabalho de ensino não finaliza com o curso de graduação, hoje, em diversas áreas de atuação profissional, a um processo dinâmico e contínuo. Desse modo após analisar os dados através dos questionários, dos dezoitos questionários distribuídos todos foram respondidos por mulheres sendo 44,44 com idade entre vinte e trinta anos, entre trinta e quarenta a soma de 27,77e acima de quarenta anos 27,77. Sobre a região do nascimento contatou-se que 50% são da região centro oeste, sendo 38,88 da região sul, A região norte e sudeste possuem a mesma quantidade de entrevistadas 5,55. Estado civil das entrevistadas é de 66,66 casadas e 33,33 solteiras. Sobre a escolaridade 94,44 estão em via de formação acadêmica e somente 5,55 já possui outra graduação sendo este Serviço Social.

**Gráfico 01: Porque você escolheu o curso de pedagogia?**



Fonte: **WERNKE**, Jaqueline Aragão. **Questionários**. Alta Floresta/2013.

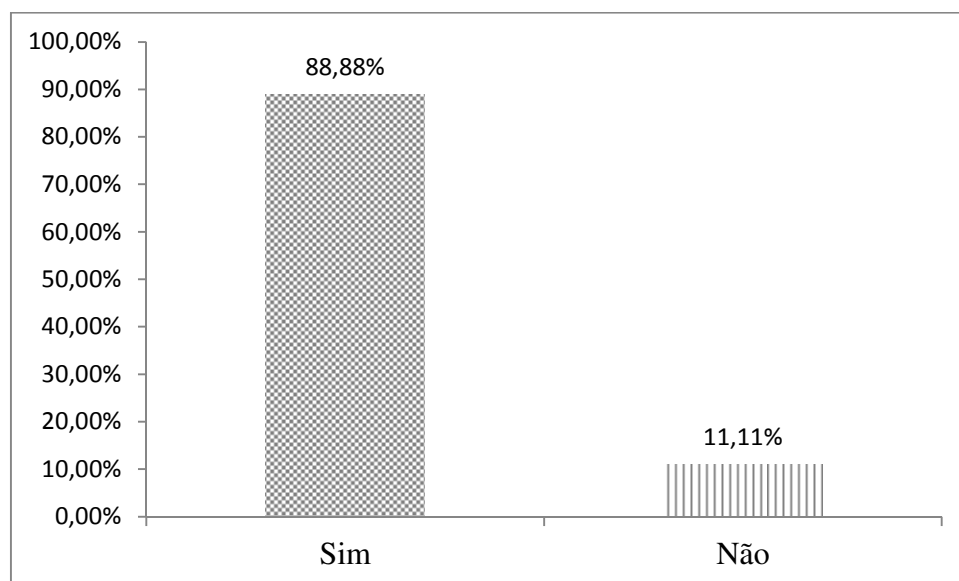
Analisando o gráfico I, percebemos que mais da metade dos professores escolheram o curso de pedagogia por afinidade. Segundo Dutra e Gribosk (2007, p.18) “A alteração na formação de professores representa muitos desafios ao mesmo tempo em que apresenta



também possibilidades de desenvolvimento da competência profissional do educador para atender as diferenças na escola”.

Torna-se imprescindível para o desenvolvimento de uma carreira docente a afinidade na escolha de tal curso, a procura de novas técnicas e formações que complementem sua formação acadêmica, o profissional educacional esta em constante aprendizagem.

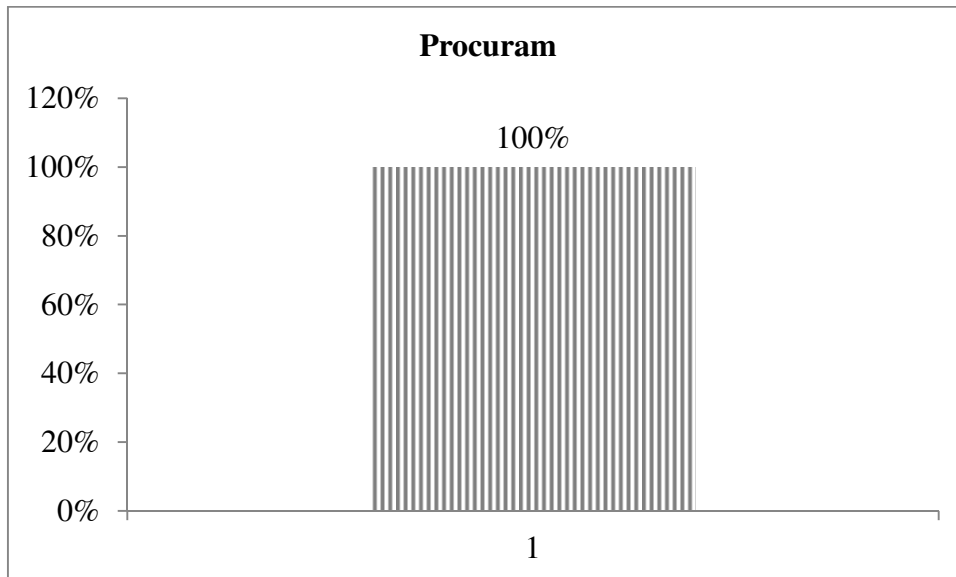
**Gráfico 02: Estando no término do seu curso, se sente um profissional em via de formação continuada para exercer sua função?**



Fonte: **WERNKE**, Jaqueline Aragão. **Questionários**. Alta Floresta/2013.

É possível verificar que no gráfico II, a maioria dos professores se considera preparados para exercer sua função. De acordo com Manzini (2007, p. 79) “Um professor bem preparado é aquele que tem claro e definido, na prática e na teoria, como conduzir o processo de ensino, como explicar a aprendizagem, como avaliar e reformular seu plano de ensino frente ao planejamento estabelecido”. Sentir-se preparado para atuar na educação é um passo memorável na carreira do docente, afirma que, as aprendizagens acadêmicas foram absorvidas e estão prontas para serem colocadas em prática.

**Gráfico 03: Diante de um novo tema abordado na sua formação, você fica somente com os conhecimentos transferidos do professor em sala de aula ou procura outros recursos?**

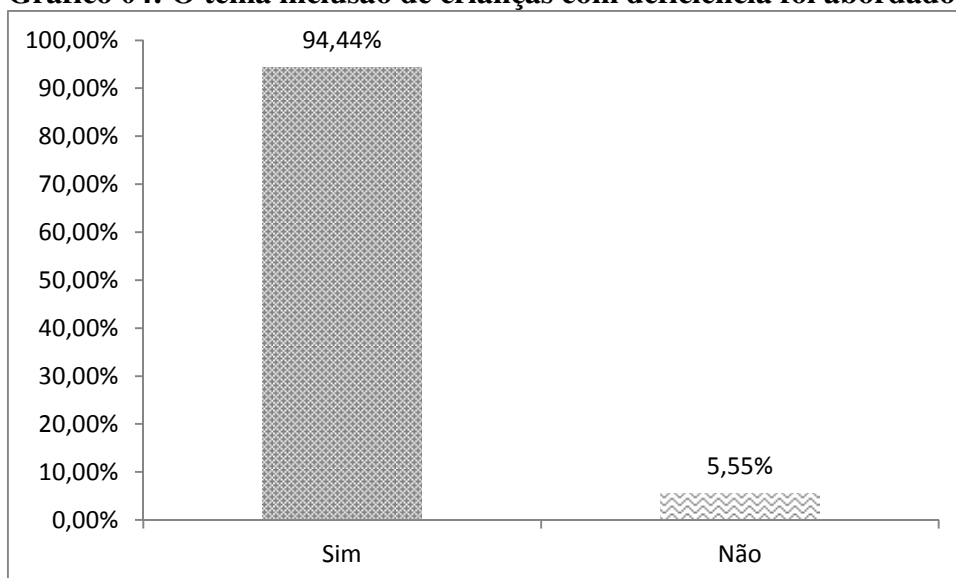


Fonte: WERNKE, Jaqueline Aragão. **Questionários**. Alta Floresta/2013.

Diante das informações do gráfico III, observamos que todos os professores buscam novos conhecimentos que contribua na sua vida docente. Para Manzini (2007, p. 82) “A preparação não pode ser entendida como algo absoluto a ser alcançado, mas um processo de formação, contínua e dinâmica”.

Um profissional qualificado deve estar sempre à procura de novos temas, que envolvam suas práticas, de modo a beneficiar seus educandos.

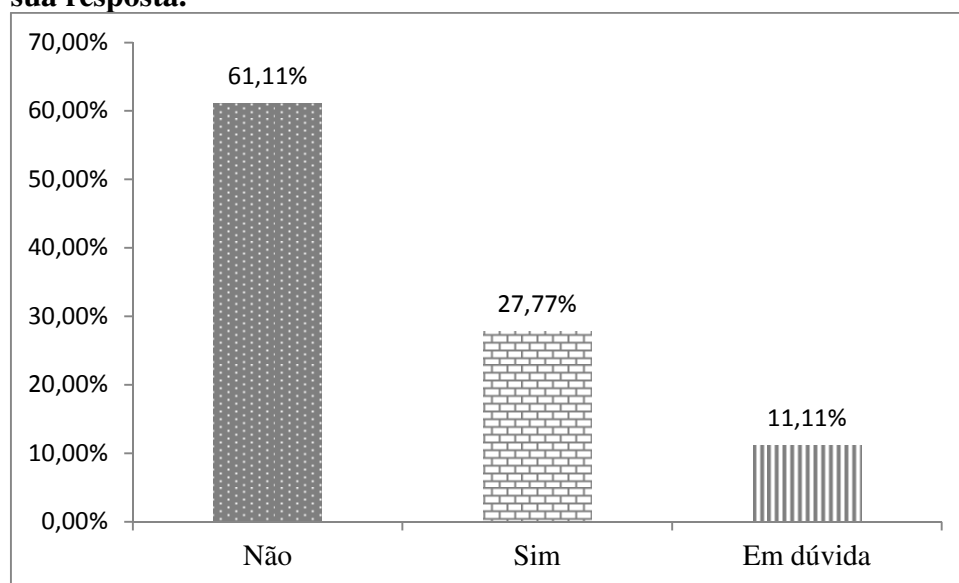
**Gráfico 04: O tema inclusão de crianças com deficiência foi abordado na sua formação?**



Fonte: WERNKE, Jaqueline Aragão. **Questionários**. Alta Floresta/2013.

Analisando o gráfico IV, percebemos que a maioria dos professores afirmou ter durante o curso o tema inclusão abordado em seus estudos. Segundo Figueiredo (2007, p. 165) “A dimensão da cultura inclusiva traz a possibilidade de se criar na escola uma comunidade acolhedora e colaboradora, em que todos sejam respeitados e valorizados”. Diante da realidade cada vez mais crescente de alunos com deficiências as políticas de inclusão devem ser assunto indispensável nos currículos das formações de professores.

**Gráfico 05: Você obteve conhecimentos satisfatórios sobre o tema inclusão? Justifique sua resposta.**

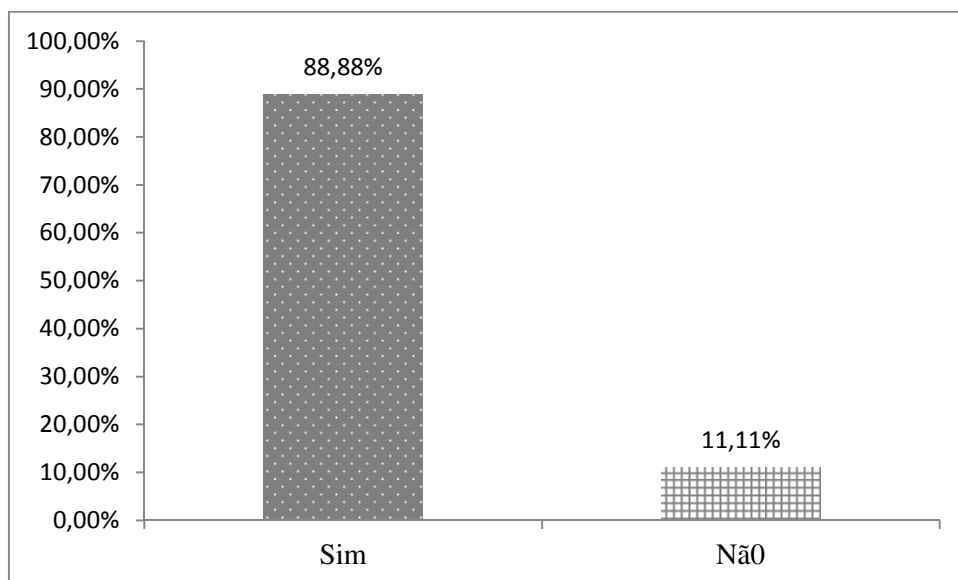


Fonte: WERNKE, Jaqueline Aragão. **Questionários**. Alta Floresta/2013.

Observamos que no gráfico V, a maioria dos professores afirma haver insatisfação diante do tema inclusão, se caracterizando pela falta de aprofundamento no tema, incluindo a ausência de práticas que facilitassem a aprendizagem de certas deficiências.

Para Paulon (2007, p. 28) “assim, constata-se a necessidade de introduzir tanto modificações na formação inicial dos educadores, quanto à formação continuada e sistemática ao longo da carreira profissional dos professores e demais profissionais da educação”. Confirmando assim a hipótese de que o tema inclusão abordado durante a formação acadêmica não é satisfatório para uma boa atuação diante de um aluno com deficiência.

**Gráfico 06: A síndrome de Down foi abordada como tema de inclusão?**



Fonte: WERNKE, Jaqueline Aragão. **Questionários**. Alta Floresta/2013.

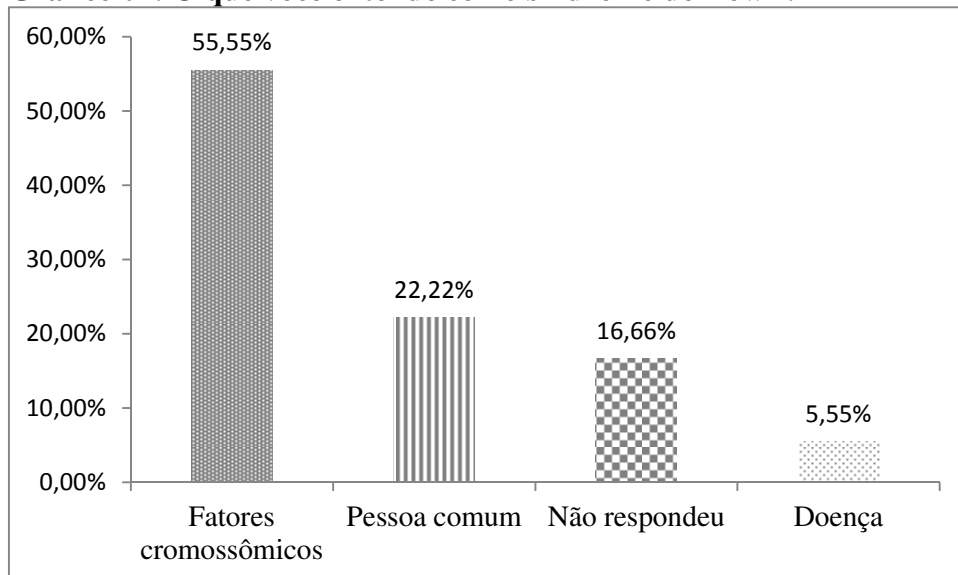
Analisando o gráfico VI, podemos observar que os professores em sua maioria confirma ter sido abordada a síndrome de Down como tema de inclusão no currículo acadêmico.

Segundo Paulon (2007, p. 23):

Uma concepção de educação e sociedade se faz por vontade pública e é essencial que o sistema educacional assuma essa vontade. Para operar as transformações nos modos de relação dentro da escola é, também, necessário que os profissionais envolvidos tomem para si a tarefa de pensar estas questões de forma reflexiva e coletiva. Dito de outra forma, é necessário que todos os agentes institucionais percebam-se como gestores e técnicos da educação inclusiva.

A síndrome de Down, como qualquer outra deficiência deve ser abordada na formação de professores, como parte integrante da disciplina de educação especial, visando instruir o acadêmico no atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais.

**Gráfico 07: O que você entende como síndrome de Down?**

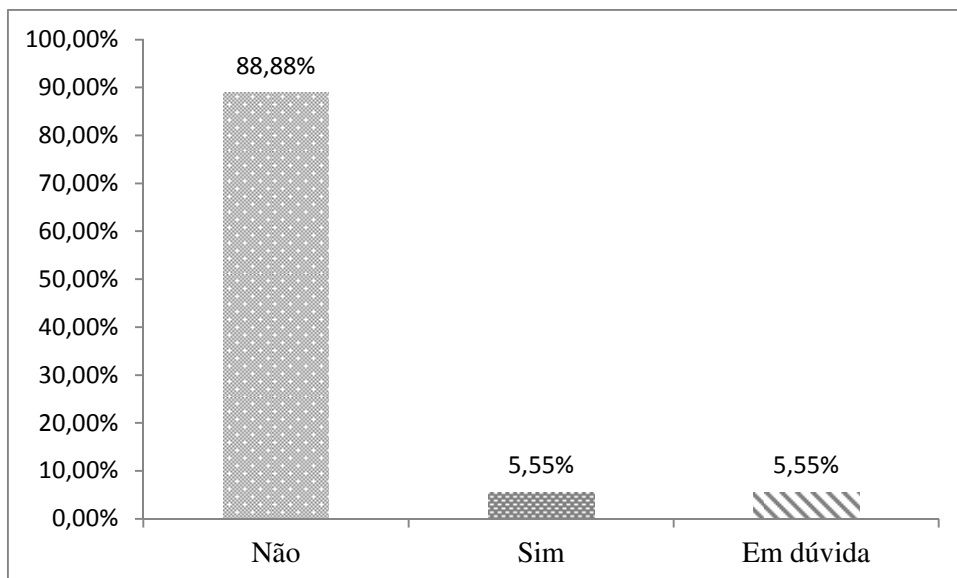


Fonte: WERNKE, Jaqueline Aragão. **Questionários**. Alta Floresta/2013.

Analisando o gráfico VII, podemos perceber que a maioria dos professores entende que a Síndrome de Down é um fator cromossômico, uma porcentagem inferior define que com as estimulações e intervenções corretas, a criança com a síndrome de Down será uma pessoa comum, uma parcela preferiu não responder e a minoria a define como uma doença. Diante da Síndrome de Down, os conhecimentos adquiridos são relevantes na formação do profissional.

Segundo Santana (2009, p. 84) “para diminuir a barreira do preconceito, que ainda existe em toda a sociedade brasileira, algumas informações essenciais devem ser discutidas com mais frequências”. Para que aconteça a inclusão, a condição principal são informações corretas sobre determinadas deficiência do aluno atendido no ensino regular, considerando suas capacidades e limitações.

**Gráfico 08: Você se sente instrumentalizado par trabalhar com inclusão?**



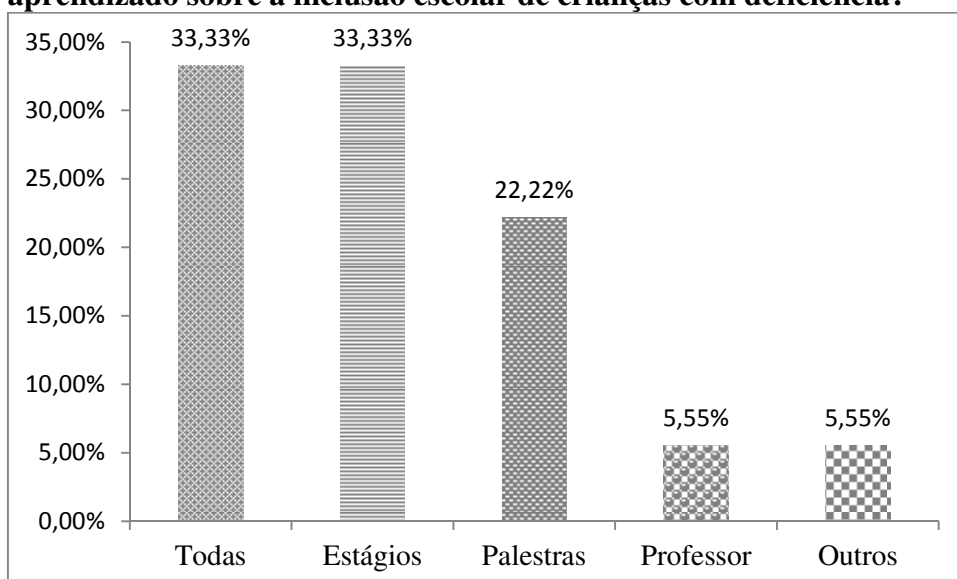
Fonte: WERNKE, Jaqueline Aragão. **Questionários**. Alta Floresta/2013.

Podemos analisar no gráfico VIII, que a maior parcela dos professores não se sente preparado para o trabalho com alunos da inclusão. Para Paulon (2007, p. 28):

O “despreparo dos professores” figura entre os obstáculos mais citados para a educação inclusiva, o qual tem como efeito o estranhamento de educador com aquele sujeito que não está de acordo com “os padrões de ensino e aprendizagem” da escola.

Cabe ao professor pesquisar como realizar a educação inclusiva, procurar recursos e promover atividades que respeitem todos os alunos, facilitando assim novos caminhos dentro dos limites de cada criança. Confirmando a hipótese de que os acadêmicos terminam seu curso de graduação sem a preparação necessária para o atendimento de pessoas com deficiência, constatado na maioria das respostas.

**Gráfico 09: A instituição disponibilizou algum recurso como contribuição do aprendizado sobre a inclusão escolar de crianças com deficiência?**

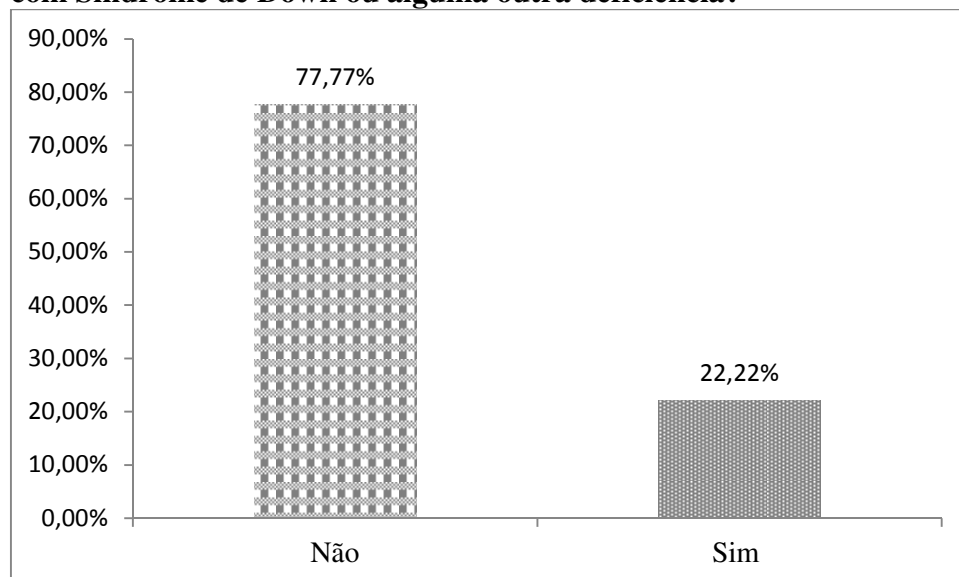


Fonte: WERNKE, Jaqueline Aragão. **Questionários**. Alta Floresta/2013.

No gráfico IX, observamos que uma parcela igualmente superior às demais, confirmam que a instituição disponibilizou estágios, palestras, professores qualificados entre outros recursos. Desse modo Manzini (2007, p. 82) considera que “Uma base teórica sobre ensino e aprendizagem é fundamental para a educação de alunos com ou sem deficiência”.

A educação inclusiva é necessária, a preparação do profissional não é algo absoluto, considera-se o interesse de cada um, a instituição promove formações que contribuem para a sua instrumentalização.

**Gráfico 10: Na sua opinião, a sua formação acadêmica te deixa apto a lidar com alunos com Síndrome de Down ou alguma outra deficiência?**



Fonte: WERNKE, Jaqueline Aragão. **Questionários**. Alta Floresta/2013.

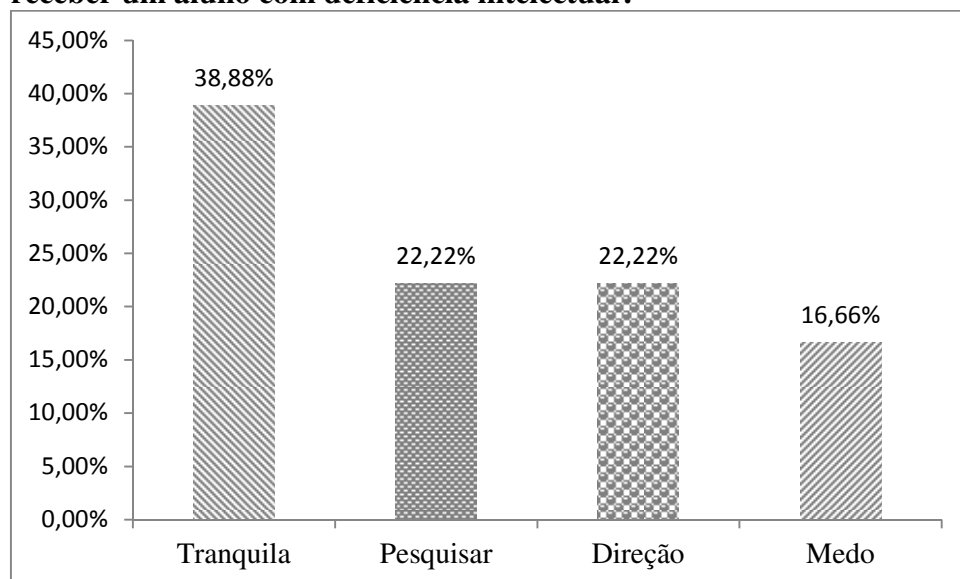
Em análise ao gráfico X, percebemos que os professores não se sentem aptos a atender alunos com a síndrome de Down ou outra deficiência, mesmo estando no término do seu curso acadêmico.

Na perspectiva de Figueiredo (2007, p. 165):

No percurso da inclusão os professores irão ampliar e elaborar suas competências e habilidades a partir das experiências que já tem. A formação continuada considera a formulação dos conhecimentos do professor, sua prática pedagógica, seu contexto social, sua história de vida, sua singularidade e os demais fatores que o conduziram a uma prática pedagógica acolhedora.

O professor não deve permanecer somente com os conhecimentos adquiridos na sua formação acadêmica, recorrer a novos métodos faz parte da vida de todo educador, a profissão docente é sempre uma continuidade de aprendizados e troca de saberes.

**Gráfico 11: Diante de uma sala de aula sob sua responsabilidade como você reagiria ao receber um aluno com deficiência intelectual?**



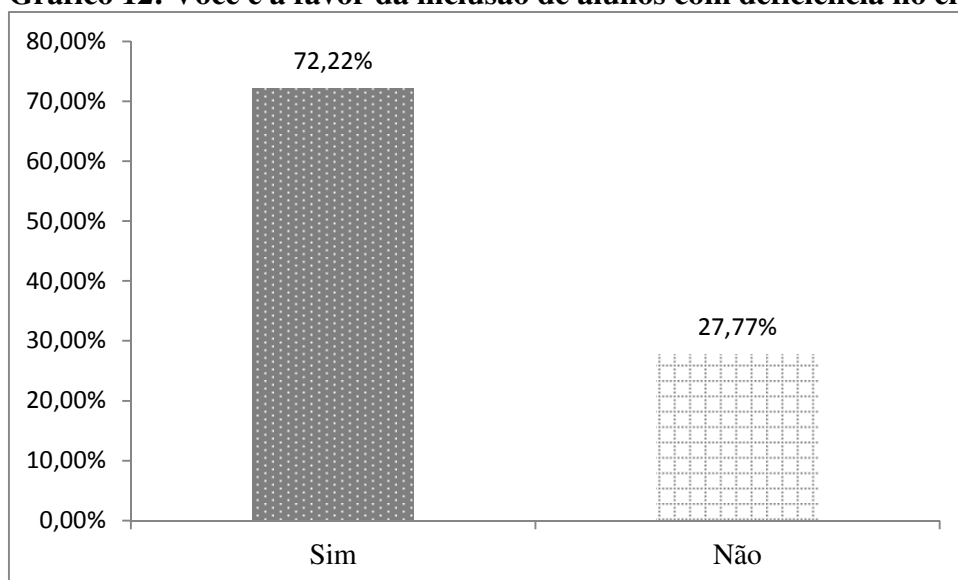
Fonte: WERNKE, Jaqueline Aragão. **Questionários**. Alta Floresta/2013.

Analisando o gráfico XI, percebemos que a maioria dos professores reagiria de forma tranquila, não deixando transparecer ao aluno suas angústias e preocupações, uma parcela dos professores procuraria auxílio com a direção e coordenação da instituição ou pesquisaria sobre a deficiência do seu aluno. A minoria se sentiria amedrontado ao receber um aluno com deficiência intelectual. Essas dificuldades fazem parte do universo da maioria dos professores que trabalham com alunos com deficiência intelectual.

Segundo Paulon (2007, p.21) “Uma das dificuldades encontradas na formação dos educadores, no estudo de alguns fundamentos teóricos para o trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais, é o amplo leque de realidades sócio-culturais existentes em nosso país”.



**Gráfico 12: Você é a favor da inclusão de alunos com deficiência no ensino regular?**

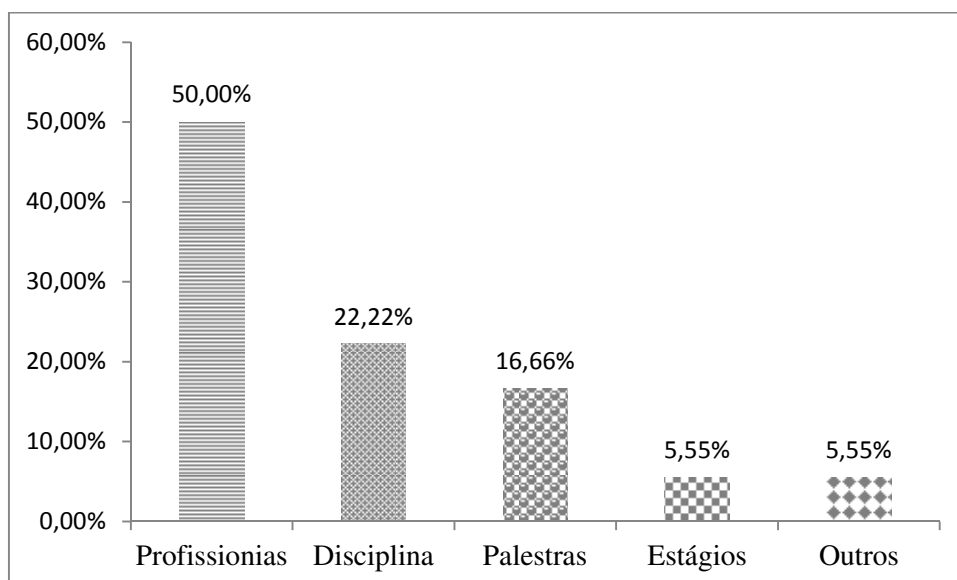


Fonte: WERNKE, Jaqueline Aragão. **Questionários**. Alta Floresta/2013.

Analisando o gráfico XII, percebemos que a maior parte dos professores é a favor da inclusão, favorecendo a relação dos alunos com as diversidades encontradas em nosso país, porém uma pequena porcentagem é contra a inclusão, justificando que o aluno com deficiência necessita de uma educação qualificada, e ainda não disponível na rede de ensino regular.

Segundo Figueiredo (2007, p. 165) “A dimensão da cultura traz a possibilidade de se criar na escola uma comunidade acolhedora e colaboradora, em que todos sejam respeitados e valorizados”. A inclusão não favorece somente a pessoa com síndrome de Down, a experiência com a diferença enriquece a compreensão da realidade que nos cerca, sensibilizando o ser humano a respeitar e conviver com as diferenças.

**Gráfico 13: Na sua opinião quais métodos poderiam ser utilizados para uma melhor compreensão no que diz respeito a inclusão de alunos com deficiência intelectual?**



Fonte: WERNKE, Jaqueline Aragão. **Questionários**. Alta Floresta/2013.

Examinando o gráfico XIII, entendemos que a metade dos professores julga que para uma melhor compreensão do tema inclusão, torna-se indispensáveis professores instrumentalizados, ou seja, com boa formação na área de atuação.

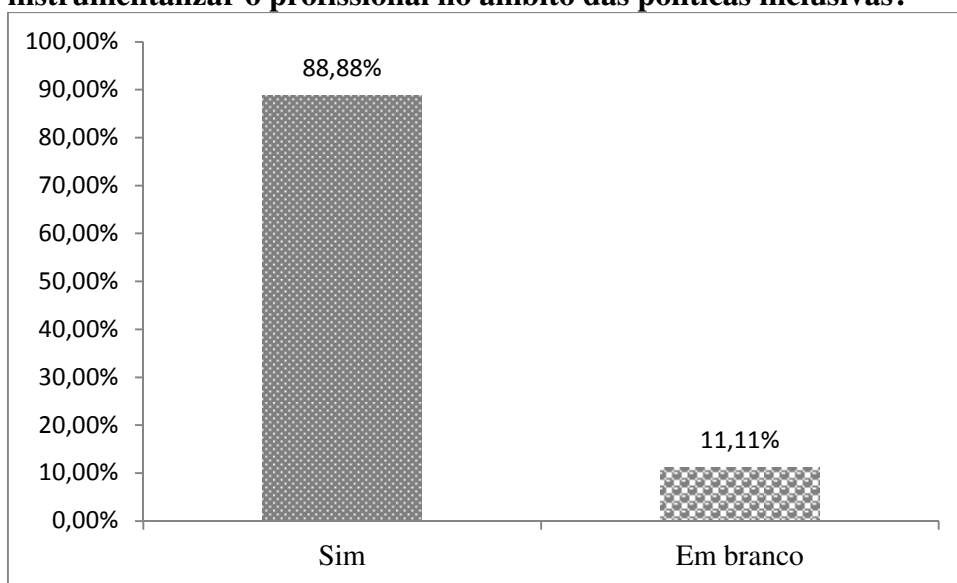
Segundo Manzini (2007, p. 78):

Dessa forma, a inclusão do aluno com deficiência no ensino regular deve ser entendido como um processo legal, como um processo que envolve a sensibilização da sociedade quanto aos direitos desses alunos e, principalmente, no caso da educação, é um processo que visa garantir a formação do futuro professor para atender ao aluno com deficiência.

De acordo com a citação do autor, além do aspecto legal é necessário que o profissional garantido pela instituição seja comprometido com a inclusão do aluno e apresente

qualidades como sensibilidade e altruísmo para lidar com essa parcela da sociedade tão sofrida.

**Gráfico 14: No seu ponto de vista as formações continuadas são uma forma de instrumentalizar o profissional no âmbito das políticas inclusivas?**

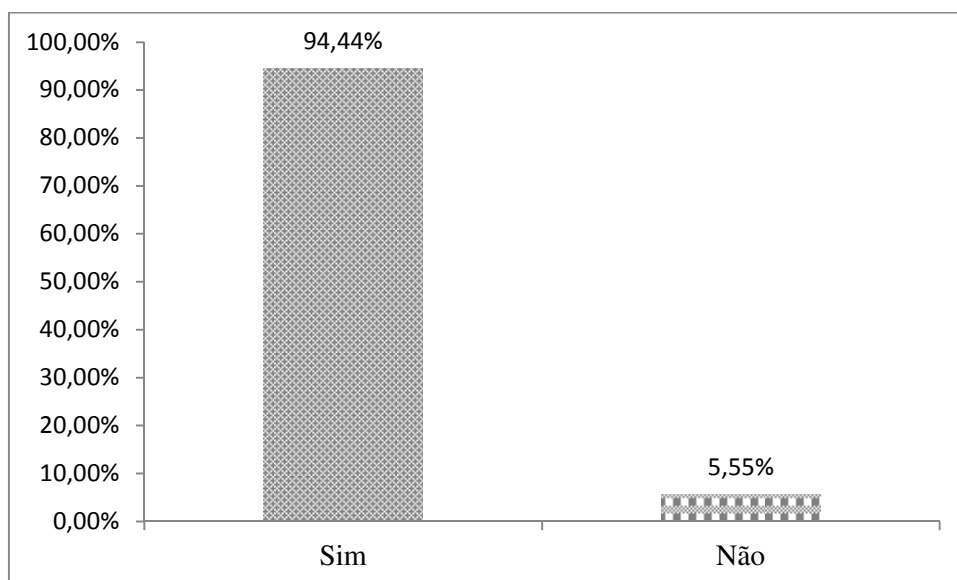


Fonte: **WERNKE**, Jaqueline Aragão. **Questionários**. Alta Floresta/2013.

Estudando o gráfico XIV, podemos observar que a maior parte dos professores afirma que a formação continuada é uma forma de instrumentalizar o profissional. Dessa maneira Paulon (2007, p. 21) define que “a formação dos profissionais da educação é tarefa, sem dúvida, essencial para a melhoria do processo de ensino e para o enfrentamento das diferentes situações que implicam a tarefa de educar”.

A formação continuada na área da inclusão de alunos com deficiência, não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os processos e os tipos de educação que esse profissional tem se dedicado.

**Gráfico 15: Você participaria de uma formação continuada com o tema inclusão de alunos com deficiência no ensino regular? Justifique.**



Fonte: WERNKE, Jaqueline Aragão. **Questionários**. Alta Floresta/2013.

Em análise ao gráfico XV, podemos compreender que a maioria dos professores participaria de uma formação continuada para o melhor atendimento de um aluno com deficiência. Somente uma pessoa não se interessaria numa formação continuada sobre inclusão.

Segundo Paulon (2007, p. 21):

A formação do professor deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental considerar e valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação estes profissionais têm se dedicado.

Para que esta reflexão aconteça de forma sistemática é preciso levar o discurso no que se determina em práticas, buscando mecanismos que aprofundem as discussões e análise do proposto, considerando a inclusão como parte integrante do currículo e das rotinas escolares a fim de se combater futuros preconceitos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante da pesquisa realizada a formação dos professores no atendimento de alunos com síndrome de Down, encontramos pontos frágeis na instrumentalização desses profissionais, considerando a inclusão como tema de diversas discussões relevantes, que nos fazem refletir sobre o modelo de educação que procuramos para nossos alunos deficientes.

Fica evidente diante do exposto que os profissionais não se sentem preparados para o recebimento em sua sala de aula de um aluno em determinada situação, porém, percebemos que uma significativa parcela afirma procurar formações continuadas que lhes dê suporte diante de uma nova prática a ser realizada.

Apresentadas as conclusões desta pesquisa, ressaltamos não há praticas, nem escolas, nem sociedade, nem inclusões perfeitas. Há, sim, um caminho a ser percorrido contando com a participação de todos, os resultados podem ser promissores. Vivemos um momento de privilégios e desafiador, temos acesso às informações excepcionais e práticas pedagógicas inovadoras.

Cabe ao professor se responsabilizar pela própria formação, além é claro, das oferecidas pelos órgãos competentes. Ele pode desenvolver estratégias que elevem sua carreira docente, dentre elas as que abrangem as políticas inclusivas.

Enfim, a aprendizagem das crianças com Síndrome de Down acontece, porém no seu ritmo e espaço, ao professor compete à tarefa de agregar esse aluno ao ensino regular, anulando seus paradigmas e partindo de sua parte a atitude de igualdade. A presente pesquisa visa contribuir para futuras discussões no tema inclusão, de maneira, a contribuir para a melhoria no atendimento de alunos com alguma deficiência, levando o profissional educacional a repensar sua praticas pedagógicas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/** Secretaria de Educação Especial- Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; JESUS, Palacios. **Desenvolvimento psicológico e educação.** 2º Ed. Porto Alegre: Artemed, 2004.

DÉA, Vanessa Helena Santana Dalla; BALDIN, Alexandre Duarte; DÉA, Vicente Paulo Batista Dalla; SANTANA, Vanielen Erica. **Síndrome de Down: informações, caminhos e histórias de amor.** São Paulo: Phorte, 2009.

**ENSAIOS PEDAGÓGICOS.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

FAFLOR, Site da União das faculdades de Alta Floresta, [http://www.faflor.com.br/faf/pdf\\_faf/h\\_uniflor.pdf](http://www.faflor.com.br/faf/pdf_faf/h_uniflor.pdf), acesso em: 15 maio. 2013 às 21h45min.

PAULON, Simone Mainieri. **Documento subsidiário à política de inclusão/** Simone Mainieri Paulon, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. 2º Ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

**DOWN SYNDROME: TRAINING OF TEACHERS FOR INCLUSION IN  
EDUCATION REGULAR BY SCHOLARS OF THE SEVENTH SEMESTER  
COURSE OF EDUCATION COLLEGE HIGH FOREST IN 2013-MT**

Jaqueline Aragon Wernke  
jaquelineawernke@hotmail.com  
Aparecida Garcia Gabriel Pacheco  
Psicopacheco\_1@hotmail.com

**ABSTRACT**

The students of presence with disabilities in classrooms with regular education is a reality today increasingly constant. A series of campaigns has been happening in the media to publicize the right to inclusion of people with disabilities. Some of these campaigns were sponsored by the Association for Down Syndrome, however, research indicates that the main argument that complicates the process of school inclusion refers to no preparation of teachers, thus exposing a fear starting to learn that students with disabilities received. Teacher education should be a continuous process that takes place with students their learning, taking into account the appreciation of the knowledge of all education professionals inclusion. Thus, the present study aimed to verify the major difficulties encountered by teachers in training related to inclusive education, especially children with Down syndrome. The research used the method of approach hypothetical-deductive through of questionnaire with open questions and closed. Examined to the end of the survey, there is a deficiency in the pedagogical training of academic courses in teacher training. It was noted also that teachers use

information continued, which in most cases does not supply this deficiency, are not prepared to receive these students and make the necessary interventions. Concluding with knowledge acquired during the training of the teacher are not satisfactory for a good performance in front of a student with disabilities in mainstream education, thus seeking other forms of exploitation.

**Keywords:** Inclusive Politics. Intellectual disabilities. Instrumentalization